

SEÇÃO 01 - Preâmbulo

TERMO DE REFERÊNCIA PRELIMINAR - SERVIÇO

O Termo de Referência Preliminar (TRP) é um documento auxiliar que contém as informações necessárias para elaboração do Termo de Referência.

TODAS AS SEÇÕES ABAIXO SÃO DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

SEÇÃO 02 -

Serviço por escopo **NÃO CONTÍNUO** ou **CONTÍNUO**

O enquadramento como serviço contínuo deve estar alinhado ao elemento 3 do ETP.

Marque com “X” a opção escolhida e se for caso, especifique.

☐	Não contínuo O prazo de vigência da contratação é contado a partir da data de assinatura do contrato/termo de início dos serviços. Indique o prazo (dias) de vigência:
--------------------------	---

Ou

☐	Contínuo O prazo de vigência da contratação é de NN (...) meses/anos/____(outros) (máximo de 5 anos) contados do(a) ...(data de assinatura do contrato/termo de início dos serviços/____ (outros) prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...motivo...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...justificativa... e/ou o Estudo Técnico Preliminar. Indique o prazo de vigência, o motivo de enquadramento como continuado e a justificativa da vigência plurianual mais vantajosa:
--------------------------	---

SEÇÃO 03 –

SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação parcial é permitida e deverá ser analisada pela Administração com base nas informações dos estudos preliminares, em cada caso concreto. Caso admitida no Termo de Referência, deve-se estabelecer com detalhamento seus limites e condições, inclusive especificando quais parcelas do objeto poderão ser subcontratadas.

ANTES DE PREENCHER ESTÁ SEÇÃO, CONSULTE A DIVISÃO ADMINISTRATIVA.

Marque com “X” a opção escolhida e se for caso, especifique os critérios.

	O CONTRATADO não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.
--	--

Ou

	Indique a porcentagem do valor total, as parcelas que não poderão ser subcontratadas e as parcelas que serão subcontratadas. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições: 1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada: 1.1. ... 1.2. ... 2. Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto: 2.1. ... 2.2. ...
--	---

SEÇÃO 04 –

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os critérios de sustentabilidade devem estar alinhados ao preenchimento do elemento 12 do ETP.

Marque com “X” a opção escolhida e se for caso, especifique os critérios.

Nada a acrescentar.

Ou

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

SEÇÃO 05 –

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO (GARANTIA CONTRATUAL - CAUÇÃO)

Deve-se indicar se a contratação utilizará garantia de execução ou não.

Marque com “X” a opção escolhida e se for caso, especifique a garantia desejada.

Não haverá exigência, pelas razões constantes no **Elemento VII do ETP**.

Ou

Será exigida a garantia da contratação conforme condições descritas no contrato. De acordo com o artigo 98 da Lei 14.133/2021 o percentual poderá ser de:

- a) até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para contratações em geral;
- b) até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, nos casos de alta complexidade técnica e riscos envolvidos, caso em que deverá haver justificativa específica nos autos.

Neste caso, o percentual da garantia será de: **INFORMAR PERCENTUAL**

SEÇÃO 06 –

VISTORIA PRÉVIA

Marque com “X” a opção escolhida e se for o caso, indique o que se pede:

☐	Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.
--------------------------	---

Ou

☐	A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das NN:NN horas às NN:NN horas.
--------------------------	--

[Recomenda-se que a previsão de vistoria seja adotada de forma motivada, já que aumenta os custos transacionais dos interessados, devendo, sempre que possível, ser substituída pela apresentação de fotografias, plantas, desenhos técnicos e congêneres relativos ao local de execução do serviço].

Indique:

1. A justificativa para adoção da vistoria prévia;
2. Horário;
3. Servidor designado para acompanhara vistoria e sanar dúvidas;
4. Telefone e e-mail para agendamento da vistoria;
5. Local (endereço completo).

SEÇÃO 07 –

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

Recomenda-se que seja inserida data de início e data de fim de cada etapa para que fique clara a ocorrência de eventuais atrasos.

Indique o prazo para início da execução do objeto:
--

Cronograma de realização dos serviços com prazo de execução superior a 30 dias:

Os serviços serão prestados no seguinte horário:

SEÇÃO 08 –

Indicar qual será o prazo de garantia

Marque com “X” a opção escolhida e se for o caso, indique o que se pede:

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
90 dias, tratando-se de fornecimento de serviço.

Ou

O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo ____ (____) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Informe o prazo de garantia complementar, desde que justificado no elemento 3 do ETP.

SEÇÃO 09 –

Manutenção do Preposto no Local

Marque com “X” a opção escolhida e se for o caso, indique o que se pede:

Não há necessidade de permanência de preposto da contratada no local de prestação de serviços.

Ou

Sim. O Contratado deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período

Informe o período, desde que justificado no elemento 3 do ETP.

SEÇÃO 10 –

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do CONTRATADO, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, o CONTRATADO deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Marque com “X” a opção escolhida e se for o caso, indique o que se pede:

Nada a acrescentar.

Ou

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

SEÇÃO 11 –

Recebimento Provisório e Definitivo

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Caso necessite de um prazo superior para recebimento definitivo, indique e justifique:

--

SEÇÃO 12 –

Ato de Autorização para o exercício da atividade

Este subitem tem como fundamento a parte final do disposto no art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021. Cabe ao órgão ou entidade analisar se a atividade relativa ao objeto a ser contratado exige registro ou autorização para funcionamento, em razão de previsão legal ou normativa. Em caso positivo, deverão ser especificados o documento a ser apresentado, o órgão competente para expedi-lo e o respectivo fundamento legal. Cite-se, como exemplo, a necessidade de registro de pessoas físicas ou jurídicas no Exército, com vistas ao exercício de qualquer atividade relativa a Produto Controlado pelo Exército (PCE), tais como a fabricação, o comércio, a importação, a exportação, a utilização e a prestação de serviços envolvendo arma de fogo, explosivo, munição, dentre outros.

	Nada a acrescentar.
--	---------------------

Ou

	Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº
--	---

SEÇÃO 13 –

Demais informações, se julgar necessárias.

--

SEÇÃO 14 –

Aquisição nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

	ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DO OBJETO
ITEM 1	
CÓD.BEM	
CATSER	
UNIDADE DE MEDIDA	
QUANTIDADE E TOTAL	
	ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DO OBJETO
ITEM 2	
CÓD.BEM	
CATSER	

UNIDADE DE MEDIDA	
QUANTIDADE E TOTAL	

....se necessário, acrescentar itens na tabela